

@metropolis

Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais
<https://revistas.ufrj.br/index.php/emetropolis>

ARTIGO

Quando novos movimentos associativos entram em cena na Baixada Fluminense (1990-2000)

When new associative movements come onto the scene in the Baixada Fluminense (1990-2000)

Utanaan Reis Barbosa Filho¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo exibir uma interpretação em torno das dinâmicas associativas na Baixada Fluminense, na virada do século. Reconstitui-se, de forma articulada, a ascensão desses movimentos associativos na década de 1970, sua crise ao longo das décadas de 1980 e 1990, e sua reconfiguração no final da década de 1990, quando, defende-se aqui, uma nova maneira de vocalizar as demandas assumiu a dianteira na Baixada Fluminense, o associativismo cultural. Tal tarefa é realizada através de revisão bibliográfica, que intenta oferecer uma síntese histórica dos movimentos sociais da região.

Palavras-chaves: Baixada Fluminense; Ação coletiva; Associativismo cultural.

ABSTRACT

The present paper has as its aim to exhibit one interpretation of the dynamics of associations in the Baixada Fluminense, at the turn of the century. It reconstructs, in an articulated way, the rise of these associative movements in the 1970s, their crisis throughout the 1980s and 1990s, and their reconfiguration at the end of the 1990s, when, it is argued here, a new way of vocalizing demands took the lead in the Baixada Fluminense, cultural associativism. This task is carried out through a bibliographical review, which attempts to provide a historical overview of the region's social movements.

Keywords: Baixada Fluminense; Collective action; Cultural associations.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). email: utanaan.reis@gmail.com.

Introdução

As práticas associativas tornaram-se especialmente relevantes na sociedade brasileira durante o processo de mobilização e de negociação dos atores sociais na segunda metade do século XX, em algumas regiões do país. Esse movimento esteve intrinsecamente ligado a um ideário de luta por direitos, melhores condições de vida, participação social e promoção da cidadania. A Baixada Fluminense, situada no estado do Rio de Janeiro, destaca-se como um território onde essas dinâmicas foram particularmente significativas. Com uma população predominantemente pertencente à classe trabalhadora e marcada por profundas desigualdades socioeconômicas, a região enfrentou desafios específicos que exigiram iniciativas robustas de mobilização.

O movimento associativo que se constituiu na década de 1970 na Baixada Fluminense é tributário de um conjunto de carências que se formaram ou se potencializaram diante dos processos de adensamento populacional, ocorridos a partir da década de 1940, no contexto da industrialização brasileira. Nesse período, a região figurava como alternativa de baixo custo de vida a imigrantes e trabalhadores, que acessavam a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, através dos trens da Central do Brasil. Sem o mínimo de estruturação urbana no território, procedeu-se uma ocupação desordenada dos terrenos e, conseqüentemente, uma carência generalizada de serviços públicos. Tudo que dependesse dos meios estatais estava muito aquém das necessidades e demandas de uma crescente massa populacional.

Nesse contexto, cabia aos próprios moradores recém-chegados construir equipamentos necessários para habitar o lugar. De forma coletiva, improvisam-se formas de saneamento, novas ruas, áreas de lazer em terrenos baldios, estratégias de iluminação e captação de água etc. Isto começa a dar forma a uma cultura local, que gradualmente se elabora no espaço, transmitindo saberes e constituindo uma rede de solidariedade e sociabilidade. Assim, o caldo de carências urbanas promoveu uma intensa e profícua articulação popular unindo moradores, igreja católica, militantes políticos e intelectuais, pressionando o Estado por melhorias estruturais.

Apesar de não ser possível afirmar claramente uma relação umbilical entre pobreza e mobilizações sociais, procura-se entender nestes escritos que as carências podem servir como fermento para transformação dos sujeitos sociais em atores políticos, mobilizando a escassez em demandas concretas. Portanto, vislumbrando alternativas aos problemas sociais da região constitui-se um forte movimento associativo de base comunitária na região, na década de 1970 e 1980, articulado em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Associações de Bairro.

Entende-se como associativismo de base comunitária um projeto coletivo envolvido com o ideário de fortalecimento da cidadania, cujo mote relaciona-se com grupos engajados em torno de conflitos e solidariedades, de projetos políticos ou culturais, estruturados a partir de identidades, valores comuns e modificações no território (Ribeiro & Santos Junior, 1996). Vincula-se, em grande medida, à canalização das demandas dos residentes em suas áreas de abrangência junto aos poderes públicos, além da conscientização e mobilização popular. Geralmente, o que une pessoas em torno desse objetivo é seu vínculo coletivo e cotidiano com o território.

Inserida, direta e indiretamente, na dinâmica política nacional e internacional, a Baixada Fluminense, vivenciou, a partir do final da década de 1980, processos que provocaram o abrandamento e a desarticulação do vigoroso movimento social até então constituído. Apesar das interpretações a respeito do enfraquecimento dos movimentos populares de base comunitária a partir da década de 1990 no Brasil, e a emergência de novas modalidades de se fazer política, a saber, ONGs, novas agendas de luta, institucionalização e partidarização dos grupos e das lideranças (Dagnino, 1994; Gohn, 2000; Lavallo et al., 2004), a Baixada Fluminense, no entanto, carece de tal apreensão.

Diante da escassez de estudos sobre a temática, este texto busca apresentar uma interpretação em torno das dinâmicas associativas na Baixada Fluminense, na virada do século, quando, argumenta-se aqui, o associativismo cultural assumiu a dianteira, expressando novas atividades, linguagens e reivindicações, remodelando as formas de articulação no território. Embora advogue-se que o associativismo cultural passou a dar a tônica das formas de vocalização

das demandas no período supracitado, isso não quer dizer que os movimentos associativos “clássicos” (CEBs e Movimentos de Bairro etc.) tenham desaparecido da cena política da região, e tampouco que suas agendas precedentes não utilizassem o expediente cultural.

Nesta perspectiva de apresentar a reconfiguração dos movimentos sociais da Baixada Fluminense, este artigo encontra-se subdividido em quatro seções, para além desta introdução. Na primeira, aborda-se o processo de alvorada dos movimentos de base associativa na região a partir da década de 1970; na segunda, analisa-se a crise desses movimentos e sua desarticulação; posteriormente, explora-se a conformação do associativismo cultural como principal modalidade de manifestação política na Baixada, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000; e por fim, nas considerações finais, procede-se um balanço do texto e aponta como os grupos culturais se afirmam como novos tradutores de significados nos territórios. Isso será feito a partir de revisão bibliográfica, que intenta oferecer uma síntese histórica dos movimentos sociais da região.

A alvorada dos movimentos associativos na Baixada Fluminense

O cenário analisado em totalidade possibilita a compreensão das mobilizações que se constituíram em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Movimentos de Bairro. Não expressando uma afronta direta à ditadura, as Comunidades Eclesiais de Base tiveram um papel fundamental na mobilização popular na década de 1970, organizando-se em pequenos grupos em torno de uma paróquia, com motivações, a princípio, religiosas e gozando de prestígio em todas as camadas sociais. Assim, executavam atividades de cunho social e de defesa da dignidade humana, como pautas centrais, além de efetuarem uma leitura da realidade a partir dos oprimidos politicamente e dos explorados economicamente.

No primeiro momento, as associações comunitárias, juntamente das CEBs, já exprimiam e atuavam com certa politização em suas ações, ainda que fossem mais voltadas ao amparo dos desassistidos e a resoluções imediatas, como a falta de água, fome etc. Com o endurecimento do regime militar e a opção pela luta armada dos grupos comunistas, a Baixada (especialmente Nova Iguaçu) transformou-se em abrigo clandestino de muitos militantes, onde Dom Adriano Hypólito² tanto assistia-os, quanto buscava uma função social ou profissional para essas pessoas. É assim, por exemplo, que se consolida o trabalho de médicos ligados ao MR-8, que atuavam com medidas preventivas e com a alfabetização de trabalhadores (Mainwaring, 1986). Este é o início de uma confluência entre os grupos, que possibilitará uma maior politização das entidades religiosas e comunitárias.

Outro fator que promoveu o engajamento político às pautas de esquerda refere-se à mudança de estratégia – diante das perdas humanas e dos fracassos políticos causados pela luta armada – dos grupos políticos clandestinos no início da década de 1970, que vislumbraram a necessidade de trabalhos de base junto aos operários (e camponeses), às associações de moradores e às comunidades eclesiais, pois, assim, estariam mais próximos da classe trabalhadora, mobilizando-a contra a Ditadura e a favor da revolução. Dessa forma, desenvolve-se uma convergência de interesses progressistas: militantes com projetos políticos claros de mobilização da classe trabalhadora, ao passo que o projeto da Igreja buscava o atendimento de questões urgentes e momentâneas, mas não perdia de vista horizontes mais amplos de mobilização, compactuando com muitas atuações dos grupos políticos. Este elemento final fica claro no slogan do 7º Encontro Intereclesial de CEBs, realizado na Baixada Fluminense, “Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação”, que propunha três pontos cruciais para as CEBs: análise da realidade, a sua relação com a sociedade e sua eclesialidade.

Outro elemento que evidencia esta convergência foi a estratégia empreendida pela Ala Vermelha, dissidência do PCdoB. Seu processo de aproximação direta com a classe trabalhadora possibilita a expansão de um panorama das formas de atuação naquele período, sendo o motivo pelo qual a Baixada Fluminense foi escolhida. Inicialmente, o fundamento do grupo político era o

² Dom Adriano Hypólito foi Bispo de Nova Iguaçu, de 1966 até 1994. Militante dos princípios da Teologia da Libertação, pregava proximidade, assistência e acolhimento às pessoas mais necessitadas, e foi crítico da Ditadura Militar.

“trabalho de fábrica”, levando militantes para locais com forte presença industrial, onde deveriam realizar cursos de torneiro mecânico, metalurgia e áreas afins para adentrar os espaços fabris, além de adequarem-se aos hábitos de vida, formas de falar e jeitos de se portar socialmente como o operariado (Acselrad, 2012). Entretanto, diante das dificuldades de aproximação e necessidade de completar o trabalho de fábrica, lança-se mão de outro elemento, a saber, o ato de morar nos bairros operários e em periferias urbanas. Desse ponto de vista, a Baixada Fluminense era fundamental, posto que era o local de moradia de muitos operários e trabalhadores do estado (Ribeiro, 2018).

Ademais, a noção que os militantes possuíam do “trabalho de fábrica” como prioritário e o “trabalho de bairro” como secundário se altera, visto que a leitura do momento era que a exploração não estava restrita aos metros quadrados das fábricas, mas se refletia também cotidianamente na vida das pessoas, diante de um conjunto de carências, como analisou Lúcio Kowarick (1979). Desse modo, morar nos bairros, atuar nos movimentos e nas igrejas locais, bem como se adaptar àquele modo de vida tornou-se tarefa síntese do partido, pois seriam “espaços de manifestação da consciência sobre a condição de explorado, [...] onde os conflitos de classe são percebidos pelos trabalhadores, tendo em vista as suas necessidades e as suas demandas imediatas” (Ribeiro, 2018, p. 252).

A partir desse momento, o engajamento dos militantes de esquerda, sejam os refugiados ou os deslocados para a função por orientação dos partidos, se intensifica nas associações de bairro, com atividades diversas, mobilizações locais e estímulo à criação de outras associações locais. Assim, estariam “se entregando de ‘corpo e alma’ à revolução” (Ribeiro, 2018, p. 259). De modo semelhante ao ocorrido em outras cidades e regiões do país, atravessados pelo milagre econômico que promovia arrocho salarial, crescimento urbano caótico e pouca melhora nas condições de vida da população, em meados dos anos 1970, se intensifica, na Baixada Fluminense, um conjunto de lutas populares e de trabalhadores, articuladas em torno da fundação e da organização das associações de moradores. Isto se deve, buscando pistas em Machado da Silva (2016 [1983]), a dois fatores: primeiro, devido ao caráter alternativo às formas “consagradas” de vocalização das reivindicações, como partidos políticos e sindicatos; e segundo, à politização e à historicidade que grupos menores foram constituindo ao longo dos anos em relação e contato direto ou indireto com outros grupos e militantes, o que representou acúmulo político e maturidade programática.

No início da década de 1970, na contenda progressista de mudanças sociais para a Baixada Fluminense, se articula a criação de diversas associações de bairro: Movimento Amigos de Bairro (MAB), em Nova Iguaçu; o Movimento União dos Bairros (MUB), em Duque de Caxias; os Amigos dos Bairros de Meriti (ABM), em São João de Meriti, dentre várias outras. A criação ocorreu a partir das reuniões e debates promovidos pelas dioceses dos bairros, onde se reuniam padres, freis, membros das paróquias, militantes, pessoas do bairro e médicos – vinculados ou não – ao grupo Caritas ou a partidos e organizações, sendo que este último grupo, com apoio da diocese, apresentava o “diário da práxis dos sanitaristas” (Silva, 1993, p. 40), a saber, informações sobre as enfermidades atendidas que estavam relacionadas às péssimas condições de saneamento e habitabilidade na cidade (Silva, 1993).

O caráter itinerante das reuniões estimulava as atuações nos bairros, onde os moradores organizavam mutirões de limpeza e coleta de lixo, apresentavam formas alternativas de iluminação pública, debatiam o enfrentamento ao despejo habitacional e atendimento médico, bem como recolhiam-se as principais demandas dos bairros, no intuito de, no futuro, levar ao conhecimento do poder público. Assim, foi se forjando um movimento mais orgânico, com menos presença da Igreja e demais grupos – o que não quer dizer que não participassem –, e mais presença popular, até de outras localidades do Rio de Janeiro que buscavam referência para criação de suas associações de bairro (Silva, 1993).

Sem perder de vista as especificidades e complexidades de cada bairro, o passo fundamental das associações foi aglutinar demandas comuns e apresentar uma luta geral, que permeava todos os municípios da Baixada Fluminense. Desse modo, além das CEBs, associações de moradores e demais formas de associativismo, vale destacar a emergência do Comitê Político do Saneamento (CPS), que congregou e representou a capacidade de articulação dos movimentos

populares da região com uma agenda comum (saneamento ambiental), que mobilizava as diversas associações, inclusive com caráter supramunicipal, isto é, levando demandas a outras esferas espaciais e de poder.

O Comitê Político do Saneamento foi a materialização das demandas históricas da luta social na Baixada Fluminense por melhorias nas condições de vida da população, aliando consciência crítica, participação política e atuação concreta na realidade. Nele ocorreu a aglutinação das diversas ações empreendidas por movimentos espontâneos, CEBs, movimentos de bairro, ultrapassando o local e imediato para esferas mais amplas, rompendo, em alguma medida, com o clientelismo local (Porto, 2001). Segundo Porto (Op. cit.), o Comitê – como ficou conhecido – tem origem nas federações de associações de moradores que atuavam na região, a partir de um amadurecimento de efeitos e causas dos problemas e do direito à cidade e à cidadania.

O Comitê é um movimento social marcado: (i) por uma base social plural, organizada em torno dos movimentos de associações de moradores, mobilizada por uma problemática do cotidiano, qual seja, a ausência dos serviços e equipamento de saneamento; (ii) pela construção de uma identidade fundada na união dos moradores e no direito à cidadania, ressaltando e valorizando a cultura popular e o surgimento de um ator coletivo; (iii) por uma concepção de autonomia do movimento social em relação ao Estado e pela necessidade de representar os interesses populares na esfera pública, mediante a definição das políticas de saneamento e (iv) pelo ideário da participação popular na construção de uma sociedade justa e democrática (Porto, 2001, p. 51).

Nesse sentido, todo o acúmulo político decorrente das discussões e debates promoveu duas mudanças no discurso: a passagem de uma ação política centrada nos efeitos para o enfrentamento das causas, que já ocorria nas reuniões das associações e das CEBs, porém, se amplifica e ganha capilaridade com o Comitê; e o direito à participação nas decisões governamentais, possibilitado pela abertura política e pela influência de atuação dos novos atores na cena urbana. O nível de organização e fortalecimento do Comitê se expressou nas diversas passeatas, encontros e manifestações do período³. Todavia, muito disso ocorreu por conta do mandato de Leonel Brizola (1983-1987)⁴, posto que, a nível local, imperavam as práticas clientelistas, além do pouco apoio e diálogo com as federações. Portanto, atuar via governo do estado não só era mais acessível, como também poderia ser um recurso através do qual seria mais possível atrelar-se a projetos de grande porte, como o GTBS – Grupo de Trabalho sobre Baixada Fluminense e São Gonçalo, que funcionava na CEDAE e era o responsável pela execução do Plano Especial de Saneamento para a Baixada Fluminense e São Gonçalo, com forte atuação popular, sendo inaugurado (o projeto) em 1985 (Porto, 2001).

Dos vários encontros com o governo do estado, as federações de moradores (representadas pelo Comitê) apresentaram um documento com várias reivindicações, destacando:

Maior aplicação das verbas públicas em saneamento básico; prioridade dos orçamentos municipais e estaduais para saneamento básico; participação das associações de moradores através de suas federações nos planejamentos e projetos de obras, e aplicação de recursos de maneira integrada, oriundos do governo municipal, estadual e federal (Oliveira et al., 1991, p. 20).

³ Passeata em São João de Meriti pelo saneamento reuniu duas mil pessoas, com o slogan “*Meriti tem jeito, depende da gente*”; encontro das federações com o governo estadual e prefeituras municipais, reuniu cinco mil pessoas, em Nova Iguaçu, com o tema “*Baixada Exige: saneamento já*”; e encontro das federações de associações da Baixada com o secretário de estado de Obras e Meio Ambiente, em Duque de Caxias, quando é firmado o compromisso de elaboração de um plano global de saneamento para a Baixada, com início da execução em 1985.

⁴ Leonel Brizola foi governador do estado do Rio de Janeiro por dois mandatos: o primeiro teve início em 1983 e término em 1987, e o segundo se iniciou em 1991 e findou em 1994.

Diante de toda a mobilização, se alargam as concepções em torno do planejamento urbano, do direito à cidade e, principalmente, no que se refere ao saneamento. O conceito restrito de saneamento se esvai ao longo do tempo, requerendo um novo conceito que abranja todas as demandas e percepções dos grupos, que, nesse momento, estavam amplamente articulados às questões regionais e nacionais. A alteração no nome do Comitê demonstra a atualização nos debates, passando para Comitê Político de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, em 1990 e, em 1994, para Comitê Político do Saneamento, Habitação e Meio Ambiente da Baixada Fluminense. Nesse ínterim, Porto (2001) defende o uso do conceito de saneamento ambiental, baseado na relação mais direta entre os serviços de saneamento, as políticas ambientais e as políticas de saúde pública, compreendendo, além do esgotamento sanitário e abastecimento de água, à drenagem urbana, ao respeito e à interação com a geografia física e com o controle de vetores como os causadores da dengue.

Até aqui, tentou-se, por meio de um resgate histórico e não exaustivo, realçar a emergência de novos movimentos urbanos associativistas na Baixada Fluminense, retomando a convergência de diversos atores sociais que possibilitaram a construção de um projeto político articulado, valendo-se de problemas locais e imediatos, e que, mesmo tendo uma base heterogênea, soube historicamente construir uma unidade para apresentar suas reivindicações em arenas políticas mais amplas, tendo vitórias e derrotas. Contudo, mesmo entrando na década de 1990 com grande vigor e vigência, os movimentos associativos enfrentaram processos de crise, enfraquecimento e fragmentação.

Crise e desarticulação: a fragmentação dos movimentos de base associativa na Baixada Fluminense

Apesar das muitas interpretações em relação ao enfraquecimento dos movimentos populares de base comunitária na década de 1990, no Brasil como um todo, a Baixada Fluminense carece de tal interpretação. Embora exista, hoje, uma bibliografia consolidada acerca dos movimentos associativos, suas representações e caracterizações (Dagnino, 1994; Gohn, 2000; 2013; Lavalle et al., 2004; Scherer-Warren, 2008)⁵, a Baixada Fluminense, na década de 1990, possuía algumas particularidades que diferenciavam seus grupos dos de outros territórios.

A noção de associativismo com a qual se trabalha aqui diz respeito aos movimentos sociais e as organizações envolvidas com o ideário de fortalecimento da sociedade civil, cujo mote relaciona-se com grupos engajados em torno de conflitos e solidariedade, de projetos políticos ou culturais, estruturados a partir de identidades, valores coletivos e modificações no território (Ribeiro & Santos Junior, 1996). Portanto, existe uma miríade de grupos associativos que se encaixam nessa breve contextualização (associativismo sindical, religioso, de bairro, esportivo etc.). No entanto, na Baixada Fluminense, o que caracterizou os movimentos foi sua base territorial comunitário-popular, apoiada em relações de abrangência local em torno de interesses comuns, como os dois grupos associativos que se sobressaem no período: o religioso ligado às CEBs e os movimentos de bairro. Tendo isto em vista, portanto, esses dois grupos serão os mais afetados.

A Igreja Católica, ligada à Teologia da Libertação, que se constituiu como agente agregador fundamental para as reivindicações sociais por melhorias de infraestruturas urbanas, como local de acolhida de militantes e questionadora do regime ditatorial, bem como canal de denúncia da violência na Baixada Fluminense desde a década de 1960, será muito afetada por movimentos externos e internos, o que proporcionará impacto sobre o associativismo religioso e sobre as demais formas de ação coletiva.

Do âmbito global, o duro golpe à Igreja inicia-se com a nomeação, em 1978, do Papa João Paulo II. Segundo Löwy (2000) e Alves (2002), tal nomeação representou uma “restauração conservadora do Vaticano”, refletida na sua decisão de se afastar das diretrizes modernizantes e progressistas do Concílio Vaticano II, colocadas em prática pelo papado de João XXIII e continuada por Paulo VI. Além disso, nomeou e espalhou bispos conservadores por todo o mundo, tendo,

⁵ Na próxima seção o argumento dos autores será explorado de forma mais detida.

inclusive, como seu braço-direito o cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), que será um dos grandes responsáveis pela repressão à Teologia da Libertação (Lopes, 2017).

Desde o início do papado, a Igreja popular foi encarada como inimiga da Igreja “tradicional”, como asseverou o papa João Paulo II: “este conceito de Cristo como figura política, revolucionária, o subversivo de Nazaré não está de acordo com o catecismo da igreja” (Lopes, 2017, sem página). Um dos passos significativos do Vaticano foi a carta apostólica endereçada aos bispos em 1980, na qual a Santa Sé afirmava que a Igreja não deveria se envolver em questões sociais, se atendo exclusivamente às questões religiosas.

A Baixada Fluminense vislumbrou o enfraquecimento das CEBs – dentro do contexto mundial – desde o final da década de 1980. No entanto, acredita-se, nestes escritos, que a força de tais igrejas ainda resistia nos lugares onde sacerdotes ou religiosos com influência e poder agregador as mantivesse. É o caso, por exemplo, de Nova Iguaçu, com Dom Adriano Hypólito, que, desde 1966, organizava um projeto de igreja com base nas CEBs e pastorais populares. Após sua substituição em 1994, e sua morte em 1996, a diocese de Nova Iguaçu, além de toda a Baixada Fluminense, sentiria uma radical mudança em termos políticos e pastorais.

O associativismo religioso pautado nas CEBs enfrentou também, no período em questão, a concorrência da Renovação Carismática Católica e de grupos pentecostais e neopentecostais, que brotavam nos anos 1990. As igrejas evangélicas promoveram a reincorporação religiosa de pessoas distantes e descontentes com os rumos da Igreja Católica, de forma a mobilizar uma atuação competitiva com a ala da Renovação Carismática, que, vendo o enfraquecimento católico, incorporou elementos do protestantismo, promoveu o esvaziamento entre fé e política e passou a agir de forma pragmática, promovendo um verdadeiro marketing religioso (Alves, 2002). Estes dois grupos em disputa colocariam em evidência novas dimensões e dinâmicas na Baixada.

No intuito de promover uma reflexão relacional que agregue dois pontos explicativos, pode-se combinar a emergência do neoliberalismo no período (década de 1990) com a expansão dos grupos neopentecostais, dado que, em cada período histórico, a sociedade hegemônica necessita de uma representação religiosa que a respalde. Desse modo, com a instauração do neoliberalismo e todas as suas características (privatizações, individualismo, concorrência etc.), a Teologia da Prosperidade se encaixaria sem grandes fissuras com sua estrutura teórico-ideológica, dada sua individualização dos problemas sociais e, por conseguinte, a individualização das soluções, na qual predomina a crença da prosperidade financeira e material pela graça de Deus aos bons cristãos, àqueles que são ordeiros, que intentam a salvação, que persistem, que buscam uma vida feliz, saudável e a vitória nos empreendimentos terrenos.

Deve-se acionar também, como elemento explicativo da crise e desarticulação, a complexificação e a heterogeneidade das periferias urbanas, no tocante à reconfiguração da identidade socioterritorial. Durante as lutas históricas empreendidas pelo Comitê Político do Saneamento, a Baixada Fluminense era um território habitado por pessoas da classe popular, que lutavam pelas melhorias infraestruturais em torno do saneamento e de melhores condições de vida; ou seja, morar na região era o carimbo, na maioria das vezes, de pertencimento a uma determinada classe social, sendo esta carente de equipamentos e serviços públicos.

Com toda essa mobilização, muitos projetos são executados na Baixada Fluminense com êxitos significativos, como, por exemplo, o Plano Global de Saneamento da Baixada Fluminense (1983-1985)⁶. Deve-se dizer que houve, na execução do projeto, forte participação social, fruto da luta e do compromisso estabelecido com o governo de Leonel Brizola. Outros projetos, posteriormente, também foram implementados, tendo graus diferentes de execução e participação social⁷.

⁶ O plano objetivava construir 1.500 km de rede coletora de esgotos, atendendo cerca de 1 milhão de habitantes na área da Bacia do Sarapuí e realizar pesquisas sobre soluções técnicas de coleta de esgotos, implantação do sistema de microdrenagem em áreas baixas, além de planos de esgoto condominial, sistema de drenagem pluvial e pavimentação e arborização de ruas.

⁷ Reconstrução Rio, elaborado em 1988, no intuito de responder aos impactos das chuvas na região, tendo como resultado, segundo Porto (2001), o beneficiamento de 240 mil habitantes; Baixada Viva (1995-1998), intensificando a urbanização de bairros e beneficiando, aproximadamente, 130 mil habitantes, além dos

Se antes a Baixada Fluminense possuía uma homogeneidade social, com a execução dos projetos de saneamento, ela se torna um local atrativo para outras camadas sociais, que vislumbravam determinados bairros como locais privilegiados para moradia dada a nova infraestrutura e as rodovias que rapidamente ligavam ao município do Rio de Janeiro (Furlanetto et al., 1987). Desse modo, iniciou-se um processo de diferenciação social entre determinados bairros e até municípios, que passaram a ter uma composição, majoritariamente, de classe média – e, em alguns bairros, de classes de alta renda. Este processo, segundo Furlanetto et al. (1987), promoveu a “heterogeneização da periferia”, destacando Nova Iguaçu, em suas áreas centrais, em que incorporadores exploraram esse “novo” mercado. Lago (1999) explicita que, diante desse contexto, se estabeleceu um mercado considerável de serviços, bem como de empregos, mudando a característica de municípios dormitórios.

Destarte, apesar de exitosos, tais projetos são paradoxais. Se, por um lado, as demandas históricas dos movimentos da região foram atendidas; por outro, eles geraram fragmentação, dada a complexificação e a heterogeneidade, que alteraram a identidade com o território, causando enfraquecimento na mobilização dos grupos associativos. Somado a isso, durante toda a metade do século XX, os movimentos associativos e toda a população da região conviveu com a insegurança e com as formas alternativas/ilegais de segurança, obviamente em escalas diferentes, como os grupos de extermínio (Alves, 2003). Ao longo desse período, ocorreram algumas transmutações na configuração dos grupos de matadores até a década de 1990, quando tais grupos mudam substancialmente sua forma de agir e adentram o poder político de forma mais direta e intensa. A reconfiguração destes grupos e suas formas de atuação diante da nova complexidade contribuiu para a fragmentação operando como forma de bloqueio às articulações e manifestações políticas, por conta da intermediação de interesses no território, ou seja, os grupos de poder armado local passam a disputar, de forma pujante, os sentidos de representação com as organizações que se constituíram anteriormente, como as associações de bairro.

O mercado promissor de prestação de serviços, atrelado à necessidade de respaldo social e à certa imunidade frente à justiça, incentivou que figuras vinculadas à “limpeza social” e ao *slogan* “bandido bom é bandido morto” se elegessem e intensificassem suas formas de atuação: entre o medo, a morte e a coerção, sem oposição direta das igrejas neopentecostais (Alves, 2003) e pelo desfrute de todo o aparato das prefeituras, articulando-se nas interseções entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Por conseguinte, tais políticos, além da “parceria” estabelecida com as igrejas neopentecostais, cooptaram ou exerceram o controle direto de associações de moradores, ou ainda criaram diversos centros sociais/comunitários com fins políticos. Apenas em 2015 foi proibida a utilização de centros comunitários para fins eleitorais, avistando, desse modo, a redução, na Baixada Fluminense, desses espaços.

Ocupando as prefeituras, esses agentes do terror atuavam para a manutenção de cargos estratégicos em secretarias e demais esferas do poder, não resolvendo problemas estruturais, apenas estéticos, contribuindo para a degradação das condições de vida. Contudo, pela alta repressão e partindo do pressuposto que os movimentos sociais têm base conflituosa – entre si e contra o status quo (Tilly, 2010) –, percebe-se que as formas de controle do espaço urbano baseadas na força atingiram diretamente os grupos sociais e as formas de ação e reivindicação, sem que fosse possível, por exemplo, grandes manifestações. Este é o caso de uma manifestação de professores citada por Alves (2002), que foi duramente reprimida por capangas armados dos então matadores que ocupavam cadeiras no poder público. Assim, a complexidade da violência na Baixada Fluminense impedia e dificultava as formas de manifestação e a articulação dos grupos, e tornava cada vez mais complexos os modos de intervenção, visto o embaraçamento entre público e privado, e o legal e ilegal.

Por fim, em menor escala, acerca da fragmentação e desarticulação dos movimentos de associativismo clássico, há a abertura política, a institucionalização e a partidarização de seus membros. Na constituição de novos atores urbanos (Sader, 1988) e do multipartidarismo, muitos militantes adentraram as fileiras de partidos políticos. Coloca-se ainda que, com a

programas de despoluição da Baía de Guanabara, envolvendo o tratamento e despoluição de rios da Baixada Fluminense.

redemocratização, emergem novas agendas políticas concorrentes à agenda de base territorial vigente até o momento em questão na Baixada Fluminense. Dessa maneira, apesar do enfraquecimento e da agonia dos movimentos, acredita-se que novas formas de fazer política e se articular no território surgiram diante deste cenário; desse modo, na próxima seção, se analisa as novas configurações dos grupos e suas formas de mobilização na Baixada Fluminense, com maior atenção para os grupos culturais.

Novas configurações do associativismo na Baixada Fluminense

As pesquisas ao longo dos anos 1990, e principalmente no início do novo milênio, buscaram compreender o abrandamento das lutas que se materializaram nos anos finais da ditadura e em torno da Constituinte, bem como as novas formas e dinâmicas de luta (Gohn, 2013; Dagnino, 1994; Lavalle et al., 2004). Percebe-se, a partir da leitura dos autores supracitados, que, diante da globalização, do neoliberalismo e das novas possibilidades de fazer política, o que se procede sobre o associativismo foi a mudança nas formas de articulação, que se diferenciam das formas implementadas nas décadas anteriores.

Tendo isso em vista, três elementos explicativos ganham relevo diante dos argumentos presentes nas referências citadas no parágrafo anterior. Primeiro, a institucionalização e a normatização dos movimentos sociais. Após a Constituição de 1988 e a vitória de candidatos progressistas em algumas regiões do país, criam-se espaços junto às esferas de poder que congregam militantes e suas demandas. Este movimento permitiu o alargamento do espaço público e uma maior relação entre Estado, setor privado e redes associativas. No entanto, se antes a caracterização dos movimentos se estabelecia pelo enfrentamento ao Estado e sua posição marginal ao mesmo, nesse momento, tal entendimento se modifica em partes, como um híbrido, adentrando o Estado e questionando-o. Este é um fator relevante de razoável desmobilização, pois, em certo sentido, apenas grupos ou lideranças alinhadas e inseridas no Estado conseguiram ter voz e acesso a determinadas secretarias, para pressionar, conquistar obras, serviços e intervenções públicas. A crítica, portanto, se torna mais branda e os meios de reivindicação mais institucionais.

Segundo, o papel desempenhado pelas ONGs. Se, por um lado, muitas ONGs atuavam no sentido militante, dando suporte às reivindicações; por outro, se estabelece, progressivamente, os casos de ONGs voltadas ao lucro, prestando serviços e propondo alternativas pragmáticas aos problemas sociais diante da diminuição do Estado pelo neoliberalismo (Dagnino, 1994). Muito disso, no entanto, está relacionado com a perda de financiamento internacional que as ONGs possuíam nos anos de chumbo, gerando novas formas de captação de dinheiro (prestação de serviços) e competitividade entre as organizações pelos recursos disponíveis.

Por último, a emergência de novas agendas políticas, que diminuem o estabelecimento do vínculo de classe, situação socioeconômica e inscrição territorial ou no processo produtivo, privilegiando uma identidade mais complexa – e, às vezes, individualista – abarcando gênero, raça, memória, sexualidade, questão ambiental etc. Ou seja, muitas lutas se fragmentam em outras, em muitos casos, reivindicando o direito à cidade e, em outros, desvinculando-se das políticas mais amplas. A esse respeito, Gohn (2013, p. 250) explicita que movimentos locais e partidários e com forte teor crítico perdem apoio para demandas plurais, como a “luta pela paz” e pela “sustentabilidade”. E nos termos de Lavalle et al. (2004, p. 40), ocorre a “proliferação de modalidades pulverizadas de ação coletiva”.

O território da Baixada Fluminense, diferentemente da escala nacional, não foi atravessado diretamente pela institucionalização desses novos movimentos, nem pela expansão das ONGs e tampouco, de forma ampla e sistemática, pelas múltiplas agendas em ascensão, mesmo que tais agendas tenham surgido em casos pontuais na Baixada, como é caso do movimento ambientalista em Duque de Caxias. Ocupando, em boa medida, a lacuna deixada pela desarticulação e pela fragmentação do associativismo na Baixada Fluminense (CEBs, Movimentos de Bairro, entre outros), emergiram outras formas de sociabilidade, principalmente relativas ao lazer e à cultura. Segundo Gohn (2000), esta forma de associativismo é peculiar, pois se desenvolve entre o “nós” e o “eu”, ou seja, por um lado, existe uma agregação comunitária, que se

traduz por uma identidade de objetivos comuns; enquanto, por outro lado, há uma busca pela satisfação pessoal e por propósitos individuais. Tais formas se combinam na atuação dos militantes.

Deve-se acrescentar que a afirmação da cultura e do lazer como elementos da reconfiguração do associativismo foram estimulados, direta e indiretamente, pelo legado das experiências de mobilização anteriores. Isto quer dizer que muitas lideranças comunitárias migraram para militância cultural – atuando nas dobras ou não – ou incorporaram tal agenda a um papel de destaque nos debates. Além disso, os grupos culturais, ocupando este hiato, passam a agir como mediadores e tradutores de linguagens e insurgências, e atribuem sentidos às práticas sociais, criando coletividades em torno de algo. Ou seja, se articulam para viabilizar outros conteúdos ressignificativos das pessoas, dos lugares, da memória, lutando, por meio de suas expressões, por possibilidades de uma cidade melhor e menos desigual (Santos Junior, 2019).

O alargamento de grupos culturais no período e toda sociabilidade que se deriva dos encontros, das festas, dos modos de ocupar o espaço público redefinem e contribuem para o resgate da história e para novos entendimentos acerca da Baixada Fluminense, do poder local e das carências de equipamentos urbanos e culturais. Busca-se demonstrar que arte não é apenas a que está presente nos museus e teatros, circunscrita nos centros urbanos, restrita a uma pequena parcela da população, mas que o cidadão comum também é produtor e consumidor de arte. Desse feito, a chave de valorização dos costumes, da memória, dos hábitos, das crenças, das plantas, dos mitos, das tradições, da história, do cotidiano local passa a ser acionada como motor das manifestações culturais.

Assim, ampliaram-se os espaços de desenvolvimento de novas formas de cultura política, projetando a conformação de novos atores locais que dão voz às potencialidades da região e, portanto, empreendem transformações socioculturais e ideológicas no território, utilizando as linguagens e as narrativas culturais como forma de identidade, reconhecimento e distribuição, bem como de questionamento ao poder local e seus desvios.

A fim de exemplificar o exposto, nas próximas linhas sublinham-se alguns grupos e espaços culturais surgidos no período. Obviamente, antes do período de análise, outras experiências existiram, como os festivais de música popular – com similaridade aos festivais da MPB – ocorridos no Teatro Arcádia⁸, em Nova Iguaçu, onde músicos e compositores de toda a Baixada Fluminense se apresentavam, ou o Sarau Donana⁹, em Belford Roxo, onde se iniciou a germinação de bandas que posteriormente seriam conhecidas nacional e internacionalmente, como é o caso da KMD 5, que, após o desmembramento do grupo, se tornaria o Rappa, e o grupo Lumiar, que, no mesmo processo, se tornaria Cidade Negra.

A Casa da Cultura da Baixada Fluminense, localizada em São João de Meriti, surgida oficialmente em 1990, é um exemplo emblemático. Sua gestação iniciou ainda na década de 1980, por um grupo de lideranças comunitárias, artistas e intelectuais baixadenses¹⁰ que apostaram na melhoria da qualidade de vida na região através da união de cultura e direitos sociais à dimensão da cidadania. As pessoas envolvidas em sua idealização, mesmo inseridas nos movimentos e organizações de bairros, passaram a criar espaços de produção artística que comunicassem à população os problemas sociais e as lutas por melhorias. Oficinas de jazz, capoeira, artes plásticas, dentre outras manifestações culturais que foram criadas possibilitando o acesso da população local¹¹.

Outros grupos do período são: o Coletivo Desmaio Público, que reuniu diversos poetas em torno de um movimento literário alternativo na Baixada Fluminense, com temas sobre a própria

⁸ Para mais informações, recomenda-se os trabalhos de Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, dentre os quais *Arcadianos e os usos do passado: uma análise do projeto histórico-cultural da Arcádia Iguaçuana de Letras* (2014).

⁹ Para mais informações: <http://www.donana.org.br/> Acesso em: 26 de ago 2024.

¹⁰ Embora amplamente utilizado nos meios culturais da Baixada Fluminense atualmente, o termo surgiu e se popularizou nas décadas de 1970 e 1980, com o poeta iguaçuano Moduan Matus, que assinava suas intervenções artísticas nos muros e nas portas das lojas (quando fechadas) como poeta “baixadense” (Lopes & Vale, 2023).

¹¹ Para mais informações: <https://casadaculturabaixada.org.br> Acesso em: 26 de ago 2024.

região, promovendo eventos, confecção de fanzines e estimulando o nascimento de muitas outras mobilizações pró-poesia na década seguinte; e o Movimento Enraizados¹², criado com o intuito de valorização da cultura negra, do hip hop e seus principais desdobramentos, como grafite, rap, break, DJs etc. O quilombo Enraizados (como é conhecido seu espaço físico) funciona até hoje na Baixada Fluminense, sendo um local pujante de trocas, parcerias e aprendizado, com atividades durante todo o ano e um pré-vestibular social organizado pelos membros do coletivo. Dentre muitos outros coletivos e fazedores culturais que passam a se estabelecer em praças e ruas da Baixada, reivindicando espaço e valorização para os artistas locais, bem como, através de suas linguagens, questionam às carências e às ausências da região.

A força estabelecida no território por agentes e grupos culturais pressionava o governo estadual a ensejar respostas à altura, valorizando e pensando na cultura de forma ampla, assim como estimulava maior organização e difusão entre os fazedores culturais. Acerca disso, alguns encontros expressam o nível de articulação e a preponderância que o setor cultural obteve na década de 1990, tal como o Fórum Estadual de Cultura. Em nível estadual e regional, tal fórum teve um encontro-chave em 1999. Neste encontro nasce a Carta da Baixada, um documento síntese reafirmando a convicção dos participantes no potencial dos artistas, pesquisadores, historiadores e promotores culturais locais, e destacando diversas diretrizes para nortear a formulação de uma política pública para a região.

Não obstante o compromisso efetivado pelo poder público, pouco se fez, motivando, no ano seguinte, outro encontro, com maior nível de organicidade e propostas mais amplas e ambiciosas. Este encontro realizado na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ), em Duque de Caxias, ficou conhecido pela elaboração da Carta Cultural da Baixada Fluminense, para a qual diversos setores do universo cultural contribuíram. Inicialmente, o documento direcionava uma crítica ao poder público, destacando: a falta de infraestrutura que comprometia a qualidade das atividades culturais, a pouca atenção dada ao patrimônio cultural, a falta de compreensão da cultura enquanto elemento de consciência crítica e fator de desenvolvimento do povo, o pouco cuidado com o patrimônio ecológico (Gericinó, Mendanha, Tinguá etc.) dentre outras questões. E propunha a inclusão da história, da geografia e da cultura da Baixada Fluminense como conteúdo obrigatório das escolas de ensino fundamental da região; o estabelecimento, em todos os municípios, do Conselho Municipal de Cultura; a criação de secretarias específicas para a cultura; o estímulo às pesquisas sobre a Baixada; o apoio à produção literária; a execução do levantamento dos patrimônios históricos e posteriormente seu tombamento; a valorização de feiras livres e espaços de artesanato; o incentivo a investimentos privados de caráter cultural; a criação, nos municípios, de leis de incentivo à cultura; a proposição que na data de 30 de abril de cada ano fosse comemorada o Dia da Baixada Fluminense, além de muitos outros tópicos no sentido de fortalecimento e apoio ao setor cultural (Carta Cultural da Baixada Fluminense, 2000).

A força dessa nova modalidade de ação coletiva estimulou o surgimento, no início do século XXI, de outros grupos e eventos de reunião das múltiplas maneiras de se expressar. Nesse sentido, vários artistas de teatro se mobilizam, criando, em 2001, o EncontrArte, um festival de espetáculos com grupos e artistas da Baixada Fluminense, ocupando os espaços de cultura, com programação para os públicos infantil, jovem e adulto, e, a cada edição, faz-se uma homenagem especial a personalidades, grupos ou instituições da região. Outros herdeiros desse período são Cineclubes Mate Com Angu¹³, um coletivo audiovisual nascido em 2002, em Duque de Caxias, a partir do desejo de provocar a produção e exibição de imagens e suas reverberações na realidade e no modo de vida da região. Sua atuação se dá até os dias atuais em três frentes: exibição, produção e formação.

O Coletivo Alma Barroca, iniciado em 2002, em Nilópolis, com atividades de marcenaria, pintura, artesanato com materiais recicláveis, além de exposições, saraus, reuniões políticas e

¹² Para mais informações: <https://www.enraizados.org.br/> Acesso em: 27 de ago 2024.

¹³ Para mais informações: <https://matecomangu.org/site/contato/sobre/sobre-o-nome/> Acesso em: 28 de ago 2024.

festas comemorativas; e, em Duque de Caxias, o Museu Vivo do São Bento¹⁴, oficializado em 2008 (embora sua atuação já ocorresse anos antes) como o primeiro Ecomuseu de Percurso da Baixada Fluminense. Concebido a partir da nova museologia social, o Ecomuseu associa a defesa do patrimônio ecológico, arquitetônico e cultural, a intervenção na realidade social, ambiental econômica e cultural do território e o envolvimento das comunidades locais e das escolas nessas questões, afirmando e construindo um sentimento de pertencimento e de valorização e cuidado pelo território em que vivem.

Ainda é importante sublinhar a criação e consolidação do tecnólogo, em 2003, e do bacharelado, em 2012, do curso de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis, sendo a terceira graduação criada em todo o Brasil, o que evidencia a força da mobilização desempenhada.

Isso posto, o que, de fato, procede é a afirmação de uma nova mobilização pela e em torno da cultura, ou seja, tanto a validação da cultura como um elemento substancial da cidadania, e, por outro lado, um jeito pujante de fazer política para além do tradicional, abordando questões da cidade por meio de outras expressões e narrativas, que, inclusive, atuavam e ainda atuam em locais extremamente violentos, onde as formas clássicas de associativismos e militâncias encontravam-se bloqueadas, e somente a subversão de repertórios, que transcendem determinados controles e produzem estratégias de atuação (às vezes não intencional), poderiam se fazer presentes (Barbosa Filho, 2023).

Considerações finais

Tentou-se realçar três momentos da Baixada Fluminense e sua relação com a ação coletiva, de forma a destacar a alvorada dos movimentos associativos e as lutas em torno de melhores condições de vida, tendo, inclusive, a materialização de demandas concretas, como as obras de saneamento executadas com a participação do Comitê Político do Saneamento. Posteriormente, construiu-se uma interpretação – dentre muitas outras possíveis – no tocante ao enfraquecimento pelo qual os grupos associativos passaram na década de 1990. E, finalmente, na última seção, evidenciou-se que na Baixada Fluminense novas formas de fazer política emergiram, se distanciando, em grande medida, do restante da nação, pois nela a cultura ocupou os espaços deixados em agonia, mostrando novo vigor em seus repertórios de ação.

É possível assinalar ainda, diante do exposto no texto, que os grupos culturais se tornaram, por suas linguagens e traduções inseridas diretamente nas dinâmicas locais, os principais atores de mobilização e de atribuição de sentidos coletivos, resignificando as ausências, as carências e as múltiplas violências em luta e em novos significados de futuro. É o caso, por exemplo, das ações realizadas pelo Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, combinando valorização do território, aprendizado e cidadania, bem como à articulação com a qual a cultura se envolveu de criação e consolidação de diversos pré-vestibulares sociais, disponibilizando o espaço físico dos coletivos para as aulas e atividades, atuando na organização e dinâmica cotidiana de ensino, de modo a possibilitar que jovens da região adentrem o ensino superior.

Assim, defende-se nestas considerações finais, que o associativismo cultural reanimou os ativismos, reafirmou a necessidade de ocupar os territórios como tarefa fundamental da transformação urbana e contribuiu para a construção de novos padrões de solidariedade locais, inseridos em escalas mais amplas, como as agendas políticas, hoje, amplamente debatidas.

Referências bibliográficas

Acselrad, H. (2012). Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973. *Mana*, 18(1), 7-35. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000100001>

¹⁴ Para mais informações: <https://www.museuvivodosabento.com.br/> Acesso em: 28 de ago 2024.

Alexandre, M. L. B. (2014). Arcadianos e os usos do passado: uma análise do projeto histórico-cultural da Árcadia Iguaçua de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970). *Intellèctus*, 13(1), 82-97.

Alves, J. C. S. (2002). Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico-metodológica. *Revista Rio de Janeiro*, 8(1), 59-80.

Alves, J. C. S. (2003). *Dos barões ao extermínio: Uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO.

Barbosa Filho, U. R. (2023). *Entre fios, tramas e dobras nos territórios: repertórios de resistência ao controle das milícias na Baixada Fluminense* (Dissertação de mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Carta Cultural da Baixada Fluminense. (2000). *Carta Cultural da Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: FEBF.

Dagnino, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In E. Dagnino (Ed.), *Anos 90: política e sociedade no Brasil* (pp. 103-115). São Paulo: Brasiliense.

Furlanetto, D. A., et al. (1987). Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 49(2), 27-56.

Gohn, M. G. (2000). O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo. *Motrivivência*, 11(14), 15-33.

Gohn, M. G. (2013). Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Revista Meta: Avaliação*, 5(14), 238-253.

Kowarick, L. (1979). *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra.

Lago, L. (1999). Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80. *Cadernos Metrôpole*, 2(1), 11-40.

Lavalle, A., et al. (2004). Quando novos atores saem de cena – continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, 3(5), 37-55.

Lopes, M. (2017). João Paulo II: os anos de terror na Igreja. *IHU Online*. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/568973-joao-paulo-ii-os-anos-terror-na-igreja>

Lopes, A. C., & Vale, J. C. (2023). Memórias de um sarau periférico: sobrevivência e esperança dos fazeres culturais e de pesquisa na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, 23(3), 1-20.

Lowy, M. (2000). *Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

Machado da Silva, L. A. (2020). Associação de moradores: mapeamento preliminar do debate. In L. A. Machado da Silva (Ed.), *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas* (pp. 84-97). Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Mainwaring, S. (1986). A Igreja católica e o movimento popular: Nova Iguaçu 1974-1985. In P. Kirschke & S. Mainwaring (Eds.), *A Igreja nas bases em tempos de transição (1974-1985)* (pp. 1-20). Porto Alegre: L & PM Editores.

Oliveira, J., et al. (1991). *Saneamento Básico na Baixada: direito à cidade, direito à vida*. Rio de Janeiro: FASE.

Porto, H. R. L. (2001). *Saneamento e Cidadania: trajetórias e efeitos das políticas públicas de saneamento na Baixada Fluminense* (Dissertação de mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ribeiro, A. M. (2018). A Baixada era nossa Sierra Maestra! A presença de militantes da Ala Vermelha nos bairros da Baixada Fluminense. *AGCRJ_Revista*, 14(1), 245–261.

Ribeiro, L. C. Q., & Santos Junior, O. A. (1996). *Associativismo e participação popular*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal/IPPUR/FASE.

Sader, E. (1988). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra.

Santos Junior, O. A. (2019). Participação e insurgências: ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto de inflexão ultraliberal no Brasil. *E-metropolis*, 39(1), 13–25. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/304/original/emetropolis39_art1.pdf?1580756166

Scherer-Warren, I. (2008). Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *História: debates e tendências*, 7(1), 9–21.

Silva, P. T. (1993). *Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB) 1974/1992: Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa* (Dissertação de mestrado). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas.

Tilly, C. (2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3(1), 133–160.

Artigo Científico – e-metropolis, Rev. Eletrônica de Est. Urb. e Regionais | v. 15 | Ano 2024

Recebido em 20 de setembro de 2024

Publicado em 20 de dezembro de 2024